

# CIÊNCIA OU DOGMA? O CASO DO LIVRO DO MEC E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

## *Science or Dogma? The case of the MEC's textbook and Portuguese language teaching in Brazil*

Dante Lucchesi\*

### RESUMO

A polêmica gerada pela notícia de que o MEC estava distribuindo um livro de português que “ensinava a falar errado”, veiculada no mês de maio deste ano de 2011, na grande imprensa, colocou em debate na sociedade brasileira a questão do ensino de língua portuguesa. Nesse debate, aflorou a contradição entre os avanços alcançados em termos de políticas públicas de ensino de língua materna e o atraso que marca a visão hegemônica de língua na sociedade. Também ficou bastante clara no episódio a posição dos segmentos conservadores de que o estudo científico da língua não deveria fazer parte dos conteúdos da disciplina língua portuguesa, que deveria se restringir, assim, ao ensino da chamada “norma culta”. Dentro dessa visão, a escola deveria corrigir a fala do aluno, sobretudo do aluno proveniente das classes populares, para que esse aluno tivesse a possibilidade de ascender socialmente. Nesse contexto, o reconhecimento da diversidade da língua e da legitimidade de todas as suas variedades foi considerado prejudicial ao cumprimento do objetivo maior da escola. Este texto aborda algumas questões que estão subjacentes à polêmica, destacando: (i) o desconhecimento generalizado na sociedade em relação à realidade da língua; (ii) o problema da norma de referência linguística no Brasil, ou, simplesmente, *norma padrão brasileira*; (iii) as diferenças nos padrões de comportamento linguístico e na avaliação subjetiva da variação linguística entre os diversos segmentos sociais como reflexo das desigualdades

\* Professor Associado de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, Pesquisador 1-C do CNPq, autor do livro *Sistema, Mudança e Linguagem* (Parábola, 2004), organizador do livro *O Português Afro-Brasileiro* (EDUFBA, 2009) e Coordenador do Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* <<http://www.vertentes.ufba.br/>>.

históricas que caracterizam a sociedade brasileira; e (iii) os desafios do ensino de língua portuguesa numa sociedade democrática e pluralista.

Palavras-chave: *ensino de língua portuguesa; norma linguística; variação linguística.*

### ABSTRACT

The issue of Portuguese language teaching at schools was recently put under the spotlight in Brazilian society at the rise of a polemic caused by the news that circulated in May 2011 in the mass media, according to which the Brazilian Ministry of Education was distributing a textbook that allegedly “teaches people to speak improperly”. The emerging debate exposed the contradiction between the attained progress in terms of public policy of language teaching and a retrogress inherent to the prevailing concept of language widespread in society. It was also clear from this episode that conservative segments of society hold the position that the scientific study of language should not be part of the content of Portuguese classes, which should be restricted to teaching the “standard norm”. According to this view, the school should correct the student’s speech, especially if he or she comes from lower social strata, so that he or she could have the opportunity to socially ascend. In this context, the acknowledgement of linguistic diversity and the legitimacy of all its varieties were considered detrimental to the fulfillment of what is considered the major duty of school. This paper approaches some issues that underlie the polemic, namely: (i) the generalized ignorance about the reality of language, widespread in society; (ii) the problem of defining the linguistic norm of reference in Brazil, or simply *Brazilian Standard Norm*; (iii) the differences regarding patterns of linguistic behavior and regarding subjective evaluation of linguistic variation among distinct social segments as a reflex of historical inequalities that characterize Brazilian society; and (iv) the challenges faced by those who plan language teaching in a democratic and pluralist society.

Keywords: *Portuguese language teaching; linguistic norm; linguistic variation.*

## INTRODUÇÃO

Em 1901, o *Jornal de Notícias*, de Salvador, publicava o seguinte:

Começaram, infelizmente, desde ontem, a se exhibir em algazarra infernal, sem espírito nem gosto, os célebres grupos *africanizados de canzás e búzios*, longe de contribuírem para o brilhantismo das festas carnavalescas, deprimem o nome da Bahia, com esses espetáculos incômodos e sensoriais. Apesar de, nesse sentido, já se haver reclamado da polícia providências, é bom, ainda uma vez, lembrarmos que não seria má a proibição desses *candomblés* nas festas carnavalescas.

Dois anos depois, o *Jornal* voltava à carga:

O carnaval deste ano, não obstante o pedido patriótico e civilizador, [feito por este jornal], foi ainda a exibição pública do *candomblé*, salvo raríssimas exceções. Se alguém de fora julgar a Bahia pelo seu Carnaval, não pode deixar de colocá-la a par da África e note-se, para nossa vergonha, que aqui se acha hospedada uma comissão de sábios austríacos que, naturalmente, de *pena engatilhada*, vai registrando estes fatos para registrar nos jornais da culta Europa, em suas impressões de viagem.

Essas passagens ilustram claramente características essenciais das elites no país: o desprezo pelo povo e sua cultura (particularmente no tocante à matriz africana) e a subserviência às potências estrangeiras, culminando com a componente autoritária, que vê como ação civilizadora a repressão policial a legítimas manifestações populares. O fato de os blocos afros serem hoje um dos ícones do Carnaval da Bahia, que encanta o mundo inteiro, só vem a confirmar o equívoco histórico da visão da classe dominante sobre as coisas do Brasil. O mesmo se pode dizer da capoeira, antes arma de perigosos marginais, hoje luta nacional, e dos *candomblés*, que no passado eram perseguidos, mas que na atualidade são reverenciados como centros da religiosidade do país.

No entanto, em um plano essencial da cultura, o preconceito da elite

brasileira segue célere e impune: a **língua**, *velha companheira do Império*. Nada mais revelador a esse respeito do que a polêmica promovida pelos grandes meios de comunicação de massa do país, no mês de maio deste ano de 2011, por causa da distribuição pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), do livro didático de língua portuguesa "Por uma vida melhor", que, seguindo as determinações do próprio MEC, tratava da variação linguística, com objetividade e isenção. O episódio revelou um flagrante desacordo entre a renovação do ensino de língua portuguesa que está em curso no país, fundada nos princípios decorrentes do estudo científico da língua, desenvolvido nas universidades brasileiras há cinco décadas, por um lado, e a visão de língua hegemônica na sociedade, marcada pelo preconceito e o obscurantismo, por outro. Este texto buscará analisar os condicionamentos mais profundos desse conflito. Para tanto está estruturado da seguinte maneira. A primeira seção fará uma breve descrição do episódio da polêmica do livro do MEC. A segunda seção enfoca o desconhecimento da sociedade em relação ao conhecimento científico da língua, bem como as motivações históricas para o predomínio de uma visão normativa de língua que alimenta uma valoração negativa das formas desviantes do padrão. A relação entre o estudo científico da linguagem e o ensino de língua portuguesa é enfocada na seção 3. Já a seção 4 trata dos problemas da norma padrão no Brasil que remontam às suas origens. No contexto da história sociolinguística do Brasil, a seção 5 enfoca os efeitos do contato entre línguas na formação das variedades populares da língua portuguesa no Brasil, revelando as origens racistas do preconceito linguístico no Brasil. A seção 6, a que se segue um breve conclusão, delinea as características de um ensino de língua materna pluralista e democrático e aponta para o grande debate ideológico em torno da língua que o episódio do livro de português do MEC desencadeou na sociedade brasileira.

## 1. A POLÊMICA DO LIVRO QUE “ENSINAVA A FALAR ERRADO”

Tudo começou com uma nota de que o livro de português *Por uma*

*Vida Melhor*, distribuído pelo MEC para cerca de 500 mil alunos de mais de quatro mil escolas do país, através do Programa Nacional do Livro Didático, “ensinava a falar errado”. Foi o suficiente para que, durante algumas semanas, uma onda de revolta e indignação varresse o país. No auge da histeria, os responsáveis pelo livro foram chamados de criminosos e ameaçados por uma procuradora da República, no melhor estilo udenista da *Marcha com Deus pela Família*. As críticas se concentraram em uma passagem do livro que diz que o aluno poderia dizer “os livro”, sem aplicar a regra de concordância nominal, como é recorrente na fala popular, mas que ele deveria ficar “atento”, porque, “dependendo da situação”, poderia “ser vítima de **preconceito linguístico**”<sup>1</sup>. Tal passagem foi repetida à exaustão para demonstrar que o MEC estava fazendo apologia da ignorância popular e privando as crianças mais necessitadas do ensino adequado de língua portuguesa.

Porém, bastava a leitura das três páginas iniciais do livro para ver que, longe de “ensinar errado”, o livro defendia textualmente o ensino da norma culta na escola e era, ele próprio, com seus exercícios de pontuação, concordância, ortografia etc., um instrumento adequado desse ensino. Sonegou-se também a informação de que o livro não se destinava às crianças, mas ao público mais maduro do Programa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mais uma vez a grande imprensa do país falhou no requisito básico de checar minimamente as informações que veicula. O jornalista Luís Nassif chegou a comparar o episódio ao caso da *Escola Base* e lamentou que o desmentido e as retratações, se ocorressem, viriam em uma medida muito menor do que a acusação e a calúnia.

Indo na contramão da lógica da grande imprensa, vale a pena examinar mais detidamente os princípios adotados no livro que motivaram tamanha reação. A obra, de autoria da professora Heloísa Ramos, baseia-se em princípios racionais e imprescindíveis para um ensino eficaz de língua materna, tais como o de que “falar é diferente de escrever”. E reconhece que o

<sup>1</sup> O capítulo do livro em questão está disponível para *download*, na *Internet*, no seguinte endereço: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/V6Cap1.pdf>>.

português, como qualquer língua humana viva, admite formas diferentes de dizer a mesma coisa, o que a ciência da linguagem denomina *variação linguística*.<sup>2</sup> Informa ainda que a variação linguística reflete a estrutura da sociedade. No caso brasileiro, o cenário da variação social apresenta uma divisão entre uma *norma culta* e uma *norma popular* – o que caracteriza a *polarização sociolinguística do Brasil* (LUCCHESI, 1994, 2001, 2002 e 2006). O livro ainda alerta que, apesar de serem “eficientes como meios de comunicação”, as duas normas recebem uma avaliação social diferenciada, existindo “um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros”, mas que “esse preconceito não é de razão linguística, mas social”. Em vista disso, conclui que “o falante tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião”, porque “cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana”.

Informar ao aluno que a língua é plural e admite formas variantes de expressão, cada uma legítima em seu universo cultural específico, não é apenas a forma mais adequada de fazer com que o aluno conheça a realidade de sua língua, mas um preceito essencial de uma educação cidadã, fundada nos princípios democráticos, do reconhecimento da diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana.<sup>3</sup> A pluralidade é o principal pilar de uma sociedade democrática, garantindo a diversidade de crenças, de opiniões, de comportamentos, de orientações sexuais etc. Contudo, a diversidade linguística é vista sempre como uma ameaça, sem que as pessoas se deem conta do autoritarismo que tal visão dissemina.

A aceitação da diversidade linguística não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para uma melhor inserção do indivíduo em uma sociedade de classes, dominada pelo letramento. O reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição *sine qua non* para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. A

<sup>2</sup> Sobre a **Teoria da Variação Linguística**, veja-se particularmente: Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) e Labov (2008[1972]).

<sup>3</sup> O leitor pode encontrar fundamentos teóricos e metodológicos para um ensino de língua portuguesa que contemple a variação linguística em: Mattos e Silva (2004), Bortoni-Ricardo (2004) e Bagno (2007).

imposição de uma única forma de usar a língua, rechaçando as demais variedades como manifestações de inferioridade mental, é um ato de violência simbólica e mutilação cultural inaceitável.

O que chama a atenção nesse episódio, e foi destacado por vários linguistas e pedagogos que conseguiram se posicionar sobre a questão, furando o cerco da grande imprensa, é que esses princípios não são adotados apenas por esse livro.<sup>4</sup> Ao contrário, a grande maioria dos livros didáticos de língua portuguesa tem um capítulo dedicado à variação linguística, desde 1997, quando o MEC assumiu explicitamente uma orientação pluralista e não discricionária no ensino de língua portuguesa, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), bem representada na seguinte passagem:

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre 'o que se deve e o que não se deve falar e escrever', não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

(...) há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma 'certa' de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

<sup>4</sup> Um volume organizado pela ONG *Ação Educativa* que reúne os diversos artigos de linguistas e intelectuais sobre a polêmica em torno do livro *Por uma Vida Melhor* também pode ser encontrado na *Internet* no seguinte endereço: <[http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final\\_30\\_06\\_2011.pdf](http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final_30_06_2011.pdf)>.

O fato de informações cruciais como essas terem sido omitidas olímpicamente pela mídia revela, mais uma vez, o caráter antidemocrático de um sistema de comunicação de massa concentrado na mão de grandes grupos econômicos, que ditam a pauta da informação para toda a sociedade. Nesse caso, especificamente, tem-se a nítida impressão de que o mais importante não era esclarecer, ou informar melhor a sociedade sobre a realidade da língua, e sim estabelecer a confusão, tirando proveito da ignorância para exacerbar o preconceito e manter a língua como um poderoso instrumento de exclusão social. Assim, o uso político que a imprensa deu ao caso coloca em questão não apenas o grau de desinformação existente na sociedade em relação à língua, como também as razões mais profundas desse desconhecimento.

## 2. MITOS E PRECONCEITOS SOBRE A LÍNGUA DOMINAM A SOCIEDADE

A língua ocupa uma posição *sui generis* na sociedade. Em outras áreas do comportamento, as leis se seguem às práticas sociais. A famosa *Lei do Divórcio* foi promulgada no Brasil, em 1977, quando a renovação dos casais já era uma prática corrente. Na língua, ao contrário, as disposições governamentais, como no caso dos PCNs, estão muito à frente da visão dominante na sociedade, que é no geral dogmática e cheia de mitificações. O linguista norte-americano William Labov (1994) fala do mito da *Idade de Ouro*. As pessoas tendem a acreditar que a língua atingiu a perfeição no passado e desde então entrou em um processo irreversível de deterioração e se afligem com as inovações que a cada dia ameaçam mais e mais a integridade do idioma, sendo as mais perigosas as violações perpetradas pela “gente inculta”. Mas não se conhece uma língua sequer cujo funcionamento tenha sido comprometido pelas mudanças que sofreu ao longo de seu devir histórico (LASS, 1980). As mudanças que afetaram o chamado *latim vulgar* da plebe romana deram origem ao português de Camões, ao espanhol de Cervantes e ao francês de Flaubert. E as “deteriorações” sofridas pela língua portuguesa desde o tempo de Camões não impediram que Fernando Pessoa



escrevesse sua magistral obra poética. Além do que, vários dos males que hoje afligem a língua, para a decepção de muitos, não constituem grande novidade. Os puristas ficam horrorizados com a linguagem desleixada da *Internet*, impregnada de abreviaturas. No entanto, as abreviaturas abundam nas inscrições romanas e nos manuscritos medievais.

Costuma-se correlacionar também a complexidade gramatical ao grau de civilização. As declinações nominais do grego e do latim clássicos são vistas como índice de uma cultura superior, e a perda dessas declinações na passagem do latim às línguas românicas é tratada como um empobrecimento. Já o alemão, com suas declinações e possibilidades de composição lexical, é considerado uma língua mais apropriada ao pensamento filosófico. Contudo, muitas línguas indígenas brasileiras exibem uma morfologia muito mais complexa, inclusive marcando certas categorias gramaticais como a *evidencialidade* (que informa a fonte de conhecimento do evento verbalizado), ausente na gramática das línguas europeias. E muitas línguas africanas, em sua maioria ágrafas, exibem um sistema morfológico de classificação nominal extremamente complexo. Se o grego clássico tinha três valores para a categoria de número (singular, dual e plural), algumas línguas da Melanésia, de comunidades tribais, têm até cinco, que são marcadas nos pronomes, fazendo com que essas línguas possuam mais de cem formas pronominais, contra algumas poucas dezenas das principais línguas europeias, que têm mais de mil anos de tradição escrita. Ou seja, complexidade gramatical não tem qualquer correlação com grau de civilização. Nem se pode pensar que complexidade gramatical implica maior poder de expressão da língua, pois o que não é dito gramaticalmente pode ser dito lexicalmente (SIEGEL, 2008). Em português, por exemplo, não há um morfema de *dual*, mas se pode empregar o numeral e dizer *dois meninos*, o que dá no mesmo.

Outro grande mito é o da ameaça à unidade linguística: se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde; se o caos da variação linguística não for detido, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Contudo, o que garante a unidade da língua é a interação entre os seus usuários, não sendo necessária a

imposição de uma norma de cima para baixo.<sup>5</sup> Além disso, a heterogeneidade da língua é que garante a sua funcionalidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação linguística que permite a uma mesma língua funcionar tanto na feira livre quanto nos tribunais de justiça. Se fosse um código monolítico e inflexível, como sugerem os puristas, a língua não poderia funcionar em ambientes culturais tão diversos, o que levaria inexoravelmente à sua fragmentação.<sup>6</sup>

Impressiona o nível de ignorância em relação à língua que se observa em pleno século XXI. Qualquer pessoa bem informada já ouviu falar de Freud ou Lévi-Strauss, tem alguma ideia sobre o que seja o *Complexo de Édipo* e o *Tabu do Incesto* e não ousa falar em raças superiores e inferiores, ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato do seu crânio, mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como aberrações. Aliás, a visão de que a forma superior da língua é aquela dos escritores clássicos é contemporânea do sistema de Ptolomeu, de que a Terra era o centro do Universo e, em torno dela, giravam o sol, os planetas e as estrelas. Ou seja, a Revolução de Copérnico não chegou ainda à língua.

Um exame aprofundado da questão revelará que as motivações históricas para tanto preconceito e mitificação decorrem exatamente do papel político crucial que a língua desempenha nas sociedades de classe. Ao longo dos tempos, a língua tem constituído um poderoso instrumento de dominação e de construção da hegemonia ideológica das classes

<sup>5</sup> Cf. Guy (2000, p. 20): “Uma densidade de comunicação relativamente alta em um grupo significa que os falantes têm mais acesso e exposição aos usos linguísticos de outros membros do grupo. Logo, podem mais provavelmente ouvir o que os outros membros da comunidade estão fazendo com a linguagem, o que cria a possibilidade de adquirir deles certos traços linguísticos. Em contraparte, o nível relativamente baixo de comunicação com não-membros torna menos provável que se adquiram usos de fora da comunidade de fala. Em outras palavras, a comunidade de fala é o domínio no qual os processos sociolinguísticos de acomodação e convergência ocorrerão.”

<sup>6</sup> Cf. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 36): “Um dos corolários da nossa abordagem é que, em uma língua que serve a uma comunidade complexa (i. é. real), é a ausência da heterogeneidade estruturada que seria disfuncional.”

dominantes.<sup>7</sup> A formação dos estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um dos seus apoios mais eficazes, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas. E o preconceito contra as formas de expressão das classes populares constitui um poderoso instrumento de legitimação ideológica da exploração desses segmentos. Na medida em que o preconceito viceja na ignorância, pode-se entender por que é tão importante impedir que uma visão isenta e cientificamente fundamentada da língua tenha uma grande circulação na sociedade.

Em um programa televisivo sobre o polêmico livro do MEC, um conhecido jornalista inquiriu uma entrevistada, alegando que a concordância gramatical seria imprescindível ao raciocínio lógico. Se fosse assim, os norte-americanos e ingleses deveriam enfrentar dificuldades significativas nessa área, porque o inglês é uma língua praticamente desprovida de concordância nominal e verbal. Mas, ao contrário, a grande maioria dos artigos científicos é escrita na atualidade em inglês, e as universidades inglesas e norte-americanas figuram entre as melhores do mundo. Em inglês, se diz: *I work, you work, he works, we work, you work, they work*. Na linguagem popular do Brasil, se diz: *eu trabalho, tu trabalha, ele trabalha, nós trabalha, vocês trabalha, eles trabalha*. Nas duas variedades linguísticas, só uma pessoa do discurso recebe marca específica, mas o inglês é a língua da globalização e da modernidade, enquanto o português popular do Brasil é língua de gente ignorante, que não sabe votar. Fica evidente que o valor das formas linguísticas não é intrínseco a elas, mas o resultado da avaliação social impingida aos seus usuários.

Ao contrário do que pensa o jornalista, a concordância não é um requisito para o raciocínio lógico. Até porque as regras de concordância são mecanismos gramaticais que não interferem na comunicação verbal, tanto que é indiferente dizer “nós pegamos os peixes” ou “nós pegou os peixe”. A informação veiculada é a mesma. Em função disso, esses mecanismos gramaticais costumam ser muito afetados em determinados processos históricos de mudança linguística, como aqueles por que passaram o inglês,

<sup>7</sup> Cf. HAUGEN (2001, p. 102): “A língua das classes altas é automaticamente estabelecida como a forma correta de expressão. Elas não só podem dizer que *“L’Etat, c’est moi”*, mas também que *“le langage, cest le mien”*.”

o português no Brasil e o francês, que, mesmo com a erosão na oralidade de suas marcas de concordância, não deixou de se tornar a língua de cultura do mundo ocidental no século XIX.

Porém, na recente história política do Brasil, a concordância teve uma posição de destaque, quando a imprensa conservadora questionava a capacidade do Presidente Lula, invocando, entre outras coisas, os seus “erros de português”. O preconceito linguístico nada mais era do que a expressão de um preconceito mais profundo das elites econômicas, que não podiam admitir que um torneiro mecânico ocupasse o cargo de maior mandatário da República. O sucesso e as conquistas alcançadas pelo Governo Lula, tanto no plano interno quanto externo, só vieram a confirmar que, tanto um preconceito quanto o outro, não tinham o menor fundamento.

Mas vale tudo para desqualificar a linguagem popular, até dizer o disparate de que ela “é caótica e sem regras”, como afirmou, há alguns anos, uma jornalista de um grande jornal brasileiro.<sup>8</sup> Porém, a jornalista, como a grande maioria das pessoas, desconhece que as pesquisas da linguística formal têm demonstrado que a *Faculdade da Linguagem* é uma propriedade universal da espécie humana, de modo que qualquer frase produzida por um falante de qualquer língua natural, seja ele analfabeto ou erudito, é gerada por um sistema mental de regras tão sofisticado que mesmo o computador mais poderoso já produzido é incapaz de fazer o que qualquer ser humano faz trivialmente: falar sua língua nativa. Até porque não se pode fazer a programação do computador, pois não se conhece suficientemente o sistema que transforma os nossos pensamentos em frases, ou seja, a Gramática Universal e suas inúmeras versões parametrizadas, que definem o desenho gramatical de todas as línguas humanas.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Sobre a disseminação do preconceito linguístico na mídia brasileira, veja-se: Bagno (2003) e Scherre (2005).

<sup>9</sup> Para uma visão geral do Programa de Pesquisa da Gramática Gerativa, o leitor brasileiro encontra traduzidas as seguintes obras: Noam Chomsky (2005, 2008 e 2009).

### 3. O CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA LINGUAGEM HUMANA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Do que foi dito até aqui, pode-se concluir que o papel crucial que a língua desempenha como instrumento de dominação ideológica na sociedade de classes está na base da manutenção por parte da classe dominante, através dos seus órgãos de dominação, como os meios de comunicação de massa e a escola, de uma visão discricionária de língua, baseada em mitos e preconceitos, que não se sustentam em face dos avanços alcançados no estudo científico da linguagem humana. Nesse contexto, é possível compreender o quanto é subversivo (ou seja, transformador) distribuir amplamente um livro didático que reconhece a diversidade linguística e a legitimidade da linguagem popular. E entender também a violenta reação que despertou entre os grupos que defendem o modelo de concentração de renda e exclusão social ainda vigente no país. É sintomático o depoimento do eminente gramático Evanildo Bechara, durante a polêmica. Numa crítica à orientação dos PCNs, que ele considera um "erro de visão", afirma:

Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social.

É impressionante que se diga que “não cabe em sala de aula” fornecer elementos para o aluno “compreender [a língua] como [ela] é”. É como dizer que o *darwinismo* não cabe em sala de aula, devendo o ensino da biologia ser orientado pelos princípios do *criacionismo*. Acenando com a cenoura da “ascensão social”, Bechara quer limpar o terreno do ensino para os normativistas legislarem arbitrariamente sobre a língua, como têm feito até então. A visão científica da língua, que reconhece a variação e a diversidade linguística como propriedades essenciais de qualquer língua viva, deve ficar hermeticamente confinada aos ambientes científicos. Na escola e na sociedade, deve predominar a visão dogmática e obscurantista de que existe uma única forma de falar e escrever, enquanto as demais variedades da língua devem ser vistas como deteriorações produzidas por

mentes inferiores. Em editorial dedicado ao polêmico livro, a revista *Veja* chegou a afirmar que:

A discussão arcana sobre o 'falar popular' ocupa um escaninho secundário na sociolinguística e seria um enorme favor aos brasileiros que estudam e trabalham se nunca tivesse deixado o seu porão acadêmico.

Não é novidade o sectarismo dessa revista em relação ao conhecimento científico da linguagem. Em uma matéria datada de 2001, referia-se à posição dos linguistas como “o pensamento de uma certa corrente relativista”, segundo a qual “o certo e o errado em português não são conceitos absolutos”. Prosseguindo, afirma que, segundo essa tendência, “quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a autoestima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista.” Diante disso, a revista sentencia: “trata-se de um raciocínio torto, baseado em um esquerdismo de meia pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do povo”. O primarismo do raciocínio e a grosseria na linguagem são atributos bem conhecidos da revista *Veja*, mas acreditar que os juízos de correção idiomática são absolutos, e não determinados historicamente, constitui uma ignorância bastante real, nada idealizada. Um exemplo cabal. No passado recente, seria considerado um erro grave no Brasil escrever o seguinte período “Diria-se que essa afirmação não tem fundamento”; o certo seria “Dir-se-ia que...”. Pois bem, atualmente, a maioria dos manuais de redação dos principais jornais do Brasil veta o uso da mesóclise.

Isso coloca em questão a atualidade da norma de referência linguística, ou *norma padrão*, no Brasil. Na referida matéria, a revista *Veja* tece loas ao gramático midiático Pasquale Cipro Neto. O grande mérito do *Professor Pasquale*, que ocupa um grande espaço nos meios de comunicação de massa, é dar uma roupagem nova ao velho discurso purista e conservador da tradição gramatical. Embora admita os “desvios” da linguagem coloquial, Pasquale prescreve as formas do que chama “norma culta”, as quais devem ser empregadas nas situações de comunicação formal. Assim, uma estrutura

como “o candidato custou a responder a questão”, de uso corrente na linguagem cotidiana, não deve ser usada em situações formais, porque “na norma culta” se diz “custou ao candidato responder a questão”. Porém, o linguista Marcos Bagno (2001, 2007) tem demonstrado que frases como “o candidato custou a responder a questão” e outras que Pasquale afirma não pertencerem à norma culta são recorrentes nos textos de escritores consagrados, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, ou mesmo de clássicos, como Machado de Assis e José de Alencar. Isso demonstra que, no Brasil, existe um desacordo flagrante entre a *norma padrão* – modelo ideal de língua usado como critério para a correção linguística – e a *norma culta* – forma da língua concretamente usada pelas pessoas consideradas cultas: advogados, jornalistas, escritores etc. Ao empregar as duas expressões como sinônimos, Pasquale e os normativistas buscam dar às suas prescrições uma legitimidade que elas não têm, porque se apoiam numa equivalência que está longe de existir.

#### 4. VASSALAGEM LINGUÍSTICA À EX-METRÓPOLE

A tensão entre a norma padrão e a norma culta é normal em qualquer sociedade letrada, na medida em que a *norma padrão* constitui uma forma fixada e idealizada de língua, com base na tradição literária, enquanto a *norma culta*, constituída pelas formas linguísticas efetivamente em uso, está sempre se renovando (REY, 2001). Porém, no Brasil o desacordo entre as duas é grave desde as origens do estado brasileiro. A independência política do Brasil, ocorrida em 1822, desencadeou uma série de manifestações e movimentos nativistas, que tinham no índio tupi o grande símbolo da nacionalidade. Contudo, escritores que abraçaram a temática indigenista e nacionalista e que tentaram adequar a linguagem portuguesa à nova realidade cultural do Brasil, como José de Alencar, foram alvo de virulentas críticas provenientes do purismo gramatical.<sup>10</sup>

Mais uma vez, a língua se descolou dos demais aspectos da cultura,

<sup>10</sup> O leitor encontra uma boa análise desse enfrentamento entre nacionalistas e puristas, no século XIX, em Faraco (2008, p. 109-130).

nos quais todos os elementos representativos da brasilidade deveriam ser adotados, derrubando os símbolos da velha ordem colonial. Mesmo nesse cenário, a linguagem brasileira era vista como imprópria e corrompida, devendo continuar prevalecendo a língua da antiga Metrópole portuguesa. A vitória dos puristas na questão da língua no Brasil expressa a essência do projeto elitista e excludente da classe dominante brasileira. E a base racista desse projeto fica clara neste trecho do discurso de Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897 (*apud* PINTO, 1978, p. 197-198):

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (...) Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...) Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.

Para além da contradição entre a vassalagem linguística e o espírito nacionalista ainda em vigor na época, essa adoção do modelo da língua de Portugal terá graves implicações para a normatização linguística no Brasil, sendo a mais evidente o generalizado sentimento de insegurança linguística que aflige todos os brasileiros, mesmo os mais escolarizados. É comum ouvir afirmações do tipo “o português é uma língua complexa”, ou “o brasileiro não sabe falar português”. E não poderia ser diferente porque, ao adotar os modelos da língua de Portugal, a tradição gramatical brasileira exige que os brasileiros escrevam, ou até mesmo falem, com a sintaxe portuguesa, o que é impraticável, porque a língua não parou de mudar, tanto em Portugal quanto no Brasil, em um processo que, por vezes, assume direções distintas, ou mesmo contrárias, em cada um dos lados do Atlântico.

Uma das mais notáveis dessas mudanças linguísticas foi a violenta



redução das vogais átonas, ocorrida em Portugal, entre os séculos XVIII e XIX, fazendo com que os portugueses pronunciem *telefone* como *tlefon<sup>e</sup>*, o que confere ao português europeu contemporâneo uma sonoridade que é menos românica do que germânica, ou mesmo eslava. Já no Brasil pronuncia-se *téléfoni* ou *têlêfoni* (consoante a região), tendo ocorrido o inverso: o fortalecimento das vogais pretônicas. Essa mudança acabou por repercutir em outros níveis da estrutura da língua, de modo que em Portugal se generalizou, no século XIX, o uso da ênclise, até nos casos em que, na língua clássica, era obrigatório o uso da próclise (e.g., *O João disse que feriu-se; Não chegou-se a um acordo*), enquanto no Brasil emprega-se normalmente a próclise até nos contextos vedados pela tradição (e.g., *Me parece que ela não veio*).

Para além da insegurança linguística, a adoção de uma norma adventícia no Brasil produz também verdadeiros absurdos pedagógicos. Toda gramática normativa brasileira tem um capítulo dedicado à colocação pronominal, que se inicia invariavelmente com a afirmação “a colocação normal do pronome átono é a ênclise”; ao que se seguem mais de vinte regras indicando onde se deve usar a próclise (em orações subordinadas, depois de palavras negativas, após alguns advérbios etc). Tal gramática serve a um estudante português, que usa normalmente a ênclise e pode aprender quais são os contextos excepcionais onde a tradição recomenda o uso da próclise, mas não tem a menor serventia para um estudante brasileiro, que já usa normalmente a próclise. Para ter algum valor pedagógico, o texto da gramática brasileira deveria ter a seguinte feição: “a colocação normal do pronome átono no Brasil é a próclise; entretanto, para se adequar à tradição escrita, deve-se evitar essa colocação em início de período e após uma pausa”. Porém, a vassalagem linguística dos gramáticos brasileiros aos modelos lusitanos ainda faz com que esses gramáticos produzam um texto absolutamente inócuo no que concerne a esse tema, no contexto linguístico brasileiro. Tais equívocos se exacerbam dentro da visão tradicional que restringe o ensino de língua portuguesa à prescrição do uso de formas linguísticas anacrônicas, quando o ensino da língua deve ser muito mais amplo que isso, concentrando-se em práticas criativas que capacitem o aluno

a produzir e interpretar textos, dominar os diversos gêneros textuais e identificar os mais variados sentidos e valores ideológicos que as produções verbais assumem em cada situação específica; ao que se deve somar uma informação propedêutica acerca da diversidade da língua.

Pode-se entender, assim, porque a conservadora Academia Brasileira de Letras (ABL) juntou-se às vozes recalcitrantes, criticando o livro de português do MEC em uma nota oficial, na qual afirma:

Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos.

Mais uma vez, a ladainha de que a escola e a sociedade devem ser privadas de uma visão científica (ou seja, *realista*) da língua, ficando à mercê de toda a arbitrariedade normativista, inclusive aquela que impõe uma norma de correção adventícia e absolutamente estranha à realidade linguística do país.

Mas a ABL apenas manteve-se fiel às suas origens, como se pode ver no extrato do discurso de Joaquim Nabuco reproduzido acima e que nos informa sobre outro aspecto crucial da ideologia linguística dominante no Brasil. Segundo Nabuco, a língua se corrompia mais rapidamente no Brasil, ao contrário do que acontecia em Portugal, porque lá a raça era “pura” [sic]. A conclusão é óbvia. O cânone lusitano deveria ser adotado para eliminar os efeitos deletérios produzidos na língua portuguesa do Brasil pelo contato com os índios que aqui viviam e com os mais de quatro milhões de africanos que o tráfico negreiro trouxe, ao longo de mais de trezentos anos. Pesquisas sociolinguísticas junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (algumas delas remanescentes de antigos quilombos) têm ampliado bastante o conhecimento sobre os processos de variação e mudança que esse contato amplo, massivo e radical produziu, particularmente na formação das variedades populares do português do Brasil.

## 5. O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR E O RACISMO LINGUÍSTICO

A formação da sociedade brasileira é marcada pelo que ficou conhecido como *sociedade de plantação* (em inglês, *plantation*). Trata-se de grandes empreendimentos agrícolas que empregavam maciçamente a mão-de-obra escrava importada da África para a produção em larga escala de *commodities*, tais como açúcar, fumo, algodão e café, para o mercado europeu. Esses empreendimentos, que predominaram no nordeste brasileiro (nos séculos XVI, XVII e XVIII) e no sudeste (no século XIX), também marcaram a colonização europeia do Caribe, dando ensejo, nessa região, à formação de grande parte das *línguas crioulas* hoje conhecidas no mundo, tais como: o crioulo francês do Haiti, o crioulo inglês da Jamaica, o papiamento, em Curaçao, e o saraman e o saramacan, no Suriname, entre outras. Essas línguas crioulas resultam da aquisição precária das línguas coloniais europeias por parte de uma grande massa de escravos africanos e da nativização desse modelo defectivo de segunda língua entre os descendentes desses escravos (denominados *crioulos*, que significava originalmente 'nativo do local'), tornando-se a língua da nova comunidade de fala que se formava nesse contexto colonial. Estruturalmente, essas línguas se caracterizam por uma profunda recomposição gramatical combinada com a conservação do vocabulário da língua dominante, o que deu azo à antiga definição de língua crioula como uma língua de léxico europeu com gramática africana, que hoje em dia não é considerada muito adequada. De qualquer modo, uma das características mais gerais entre as línguas crioulas é a ausência de certos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional, tais como as regras de concordância nominal e verbal e a flexão de caso.

Apesar das semelhanças históricas com essas sociedades do Caribe, na história do Brasil não ocorreram processos de *crioulização* do português de forma representativa e duradoura, em função da maior complexidade da sociedade brasileira e, sobretudo, da generalizada miscigenação, que

possibilitava uma maior inserção social dos descendentes dos índios aculturados e africanos escravizados. Porém, isso não quer dizer que o contato entre línguas não afetou o desenvolvimento histórico da língua portuguesa no Brasil. Pode-se dizer que, particularmente na formação histórica das variedades populares do português brasileiro, teriam ocorrido processos de *crioulização leve* (ou *semi-crioulização*), com maior ou menor intensidade, conforme o caso (LUCCHESI, 2001, 2003, 2008). Pesquisas desenvolvidas há quase vinte anos, no Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, sediado na Universidade Federal da Bahia (cf. <<http://www.vertentes.ufba.br/>>), sobre a fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (algumas delas remanescentes de antigos quilombos), revelam que os reflexos mais notáveis do contato entre línguas na formação do português popular brasileiro são exatamente a ampla variação no emprego dos mecanismos de concordância nominal e verbal (e.g., *meus amigo não chegou ainda*, ao invés de *meus amigos não chegaram ainda*) e da flexão de caso dos pronomes pessoais (e.g., *ele encontrou nós na feira*, ao invés de *ele nos encontrou na feira*) (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009).

O conhecimento da história sociolinguística do Brasil, baseado em evidências empíricas consistentes, revela a razão por que o preconceito linguístico que se abate sobre a fala popular tem como alvo principal a falta de concordância nominal e verbal – exatamente o reflexo linguístico mais notável do caráter pluriétnico da sociedade brasileira; usos que seriam os equivalentes linguísticos do *candomblé*, da *capoeira* e do *acarajé*. E, como se demonstrou acima, a falta de concordância não implica qualquer *déficit* na expressão verbal, portanto a condenação dessas formas não tem o menor fundamento linguístico. Mas, se nos outros planos da cultura o legado cultural africano e indígena já foi incorporado, a língua ainda se mantém como o terreno do preconceito e da intolerância. A violenta discriminação social que se abate sobre essas marcas da fala popular, usada por mais de dois terços da população brasileira de baixa renda (onde se concentram os descendentes diretos dos índios e africanos), constitui um poderoso instrumento para a legitimação ideológica de um projeto de concentração de renda e exclusão social. Utilizando a língua para desqualificar esses segmentos como inferiores e incapazes, as classes dominantes justificam no

plano da ideologia a sua exploração. E, como se demonstrou aqui, a escolha da concordância como alvo principal do preconceito tem historicamente uma motivação **racista**. Se a discriminação racial não é mais tolerada, o **racismo linguístico** ainda segue impune como ideologia dominante na sociedade.

Pode-se compreender plenamente agora a violenta reação provocada pela distribuição de um livro didático que reconhece a legitimidade da falta de concordância na fala popular. E o argumento de que esse reconhecimento entra em contradição com o acesso da população mais pobre à norma culta é falacioso. As pesquisas sociolinguísticas do Projeto *Vertentes*, que capturam os processos de mudança em curso no seio de comunidades rurais, têm revelado que a aquisição de formas da norma culta ocorre paralelamente à inserção sócio-econômica dos segmentos historicamente marginalizados na sociedade brasileira. Ou seja, nas comunidades rurais, os jovens, que têm alguma escolaridade, que estão mais bem inseridos no mercado de trabalho e que têm um maior acesso aos meios de comunicação de massa, usam mais as regras de concordância nominal e verbal do que os mais idosos, que normalmente estão menos inseridos, em termos econômicos e culturais. Portanto, não é o preconceito linguístico que vai levar à difusão da norma culta, mas a distribuição de renda, a inclusão social e a ampliação e melhoria da rede pública de ensino.

## 6. DESAFIOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

As pesquisas sociolinguísticas que estabelecem a correlação entre inclusão social e aquisição da norma curta desconstruem o principal argumento da virulenta reação ao livro de português do MEC de que a consideração da diversidade linguística se contrapõe ao ensino da norma culta. A questão que a Linguística tem colocado diz respeito ao modelo e às estratégias pedagógicas que melhor se ajustam ao objetivo final da escola – proporcionar ao aluno proficiência na norma linguística da cultura letrada e uma boa capacidade de leitura e escrita. O que se propõe é um modelo de ensino inclusivo que não vê a discriminação da fala do aluno como uma etapa necessária para a aquisição da norma culta. Além disso, um modelo

antiquado, que privilegia a imposição de formas linguísticas adventícias e/ou anacrônicas, está longe de ser o mais eficaz.

Não é a correção de “assistir o espetáculo” por “assistir ao espetáculo” que vai fazer o aluno escrever melhor. Um ensino eficaz de língua materna incorpora a bagagem cultural do aluno, promovendo uma ampla prática de leitura e produção de textos nas mais variadas situações de comunicação, desenvolvendo também sua capacidade de reconhecer os sentidos e valores ideológicos que a língua veicula em cada situação. Nesse ensino, é imprescindível promover a consciência acerca da diversidade linguística como reflexo inexorável da diversidade cultural. E esta formação cidadã para o respeito à diferença não entra em contradição com o ensino da norma culta, que deve permanecer. O que está em jogo, na verdade, é a opção entre um ensino discriminatório e arbitrário, baseado no preconceito e no dogma, e um ensino crítico e pluralista, baseado no conhecimento científico acumulado até os dias de hoje, como ocorre na física, na matemática, na geografia, etc. Por que se deve privar os alunos do conhecimento científico da língua, reduzindo a disciplina língua portuguesa a um mero curso de etiqueta gramatical (*é feio falar assim, é bonito falar assado*), como preconizam os gramáticos (para defender o seu mercado de trabalho) e a ABL (para garantir a sua pompa)?

Numa sociedade democrática e progressista, o ensino de língua deve ser eficaz e pluralista; eficaz, porque se concentra no objetivo maior de tornar o indivíduo um proficiente leitor e produtor de textos nos mais variados contextos em que se dá a interação verbal; e pluralista, porque desenvolve no aluno a consciência para a diversidade linguística como parte integrante do princípio fundamental do respeito à diferença. Tal projeto de ensino de língua materna tem-se consubstanciado desde que a disciplina Linguística foi introduzida nas universidades brasileiras e tem também conquistado importantes posições no Ministério da Educação, com implicações significativas na elaboração de livros didáticos e na prática pedagógica das escolas. Contudo, o grande obstáculo que tal projeto tem pela frente ergue-se na sociedade, dominada ideologicamente pelos grupos conservadores, que controlam os principais meios de comunicação de massa.

## CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira vem aprofundando seu caráter democrático, não apenas com a distribuição de renda promovida pela ação dos programas sociais do Governo Federal, como também no reconhecimento da diferença como parte do respeito à dignidade da pessoa humana. Hoje o racismo é tipificado como crime pelo Código Penal, e está em curso no Congresso Nacional um projeto de lei contra a homofobia. No plano da cultura, manifestações de matrizes historicamente marginalizadas, como a africana, estão plenamente integradas, como os blocos afros no Carnaval da Bahia, a capoeira e o Candomblé. Contudo, a polêmica em torno do livro de português do MEC revelou que a sociedade brasileira vive um impasse em relação à língua nacional e ao seu ensino.

De um lado, as pesquisas desenvolvidas nas universidades brasileiras, a partir da década de 1960, quando a Linguística se tornou disciplina obrigatória nos cursos de Letras, se refletem nas posições estratégicas no Ministério da Educação, definindo uma política de ensino mais pluralista e em consonância com o desenvolvimento atual da ciência da linguagem. Tal política já produz seus frutos no conteúdo dos livros didáticos e nas práticas pedagógicas das melhores escolas do país. Porém, a posição conservadora continua hegemônica na sociedade, onde o peso de uma longa tradição purista ainda se faz sentir (FARACO, 2008). Caberia aos linguistas concentrar esforços para divulgar suas concepções para um público mais amplo, mas estes ainda demonstram pouca capacidade de articulação nesse campo. Além disso, os meios de comunicação de massa, controlados pelos grandes grupos econômicos, tendem a reproduzir a posição conservadora dos gramáticos, particularmente daqueles que assumem uma roupagem nova e aparentemente atualizada. Apesar disso, os linguistas conseguiram ocupar posições importantes nesse debate publicando artigos em jornais de grande circulação no país e participando de debates televisivos.

Assim, a polêmica em torno do livro de português do MEC montou o palco para um novo embate em torno da língua nacional. Os avanços

democráticos alcançados pela sociedade brasileira, bem como o instrumental já produzido pelos especialistas, criam as condições necessárias para uma efetiva renovação e democratização do ensino da língua materna no país, o que certamente viria a promover profundas alterações nas representações sociais da língua, a médio e longo prazos. Contudo, os atores engajados nesse projeto devem concentrar seus esforços e se municiar para um enfrentamento mais amplo, no plano da construção da hegemonia ideológica na sociedade, para romper o cerco armado pelos grupos conservadores em torno da manutenção do purismo e do conservadorismo gramatical.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Norma Oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura da Linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e Mente*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FARACO, Carlos A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- GUY, Gregory. *A identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões da variação lingüística*. *Organon*, 28/29, 2000. p. 17-32.
- HAUGEN, Einar. Dialeto, Língua, Nação. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma Lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LASS, Roger. *On explaining language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.



LUCCHESI, Dante. *Varição e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil*. Revista Internacional de Língua Portuguesa, Lisboa, n. 12, p. 17-28, 1994.

\_\_\_\_\_. *As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil*. DELTA, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.

\_\_\_\_\_. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.

\_\_\_\_\_. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003b. p. 272-284.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro*. Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, 2006.

\_\_\_\_\_. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 2008c. p. 366-390.

\_\_\_\_\_; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *“O português são dois...” – Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

PINTO, Edite P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920*, fontes para a teoria da história. Rio de Janeiro / São Paulo: Livros Técnicos e Científicos / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

REY, Alain. Usos julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

SCHERRE, Marta. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

SIEGEL, Jeff. *The Emergence of Pidgin and Creole Languages*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. Revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Submetido em: 19/10/2011

Aceito em: 24/11/2011

